“VOLTANDO NOSSO OLHAR PARA OS POVOS INDÍGENAS”

SUELI A. SCARPARO MALVONE

RESUMO:

O Brasil é composto por povos e culturas diversas. O povo originário, que é o berço da nossa cultura, os indígenas, tem tido suas tradições apagadas, esquecidas e devemos levar à reflexão sobre a importância destes povos. A população indígena é vítima da violência contra seus povos, sofreu e ainda sofre um apagamento histórico dos seus valores culturais e convive diariamente com a dificuldade de acesso aos seus direitos, apesar destes direitos constarem na Constituição Brasileira. Alguns descendentes de indígenas buscam ocultar suas origens, não assumindo sua descendência, com medo da discriminação e desrespeito gerado pela ignorância. É preciso voltar nosso olhar aos direitos negados a esse povo. Muitos indígenas estão conquistando autonomia produzindo seus próprios filmes, documentários e áudios visuais que retratam sua vida, da forma como desejam ser vistos, com a finalidade de preservação da memória e da cultura. A educação deve ser o caminho divulgador da realidade vivida pelos povos indígenas e sua transformação no tempo, bem como sua contribuição à nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: povo originário; discriminação; memória; cultura; contribuição.

A REPRESENTATIVIDADE INDÍGENA NAS ESCOLAS

Desde muito pequenos, quando adentramos à vida escolar, aprendemos que no dia 19 de abril comemora-se o “dia do índio”. Primeira imagem que nos vêm à mente é o de fazer o som característico do grito dos índios (o que não corresponde à realidade), batendo com as mãos na boca. Desde 1943, o então Presidente do Brasil Getúlio Vargas, decretou a data dessa festividade e comemoramos em nossas escolas em um único dia, com a confecção de cocares, petecas, pinturas e/ou desenhos de indígenas nus recebendo amorosamente aos portugueses, entre outras. Em um único dia (ou em alguns estabelecimentos de ensino em uma semana) voltamos nosso olhar ou damos algum prestígio a este povo que é a base da nossa cultura e os verdadeiros donos dessa terra.

A UNESCO instituiu o Dia Internacional dos Povos Indígenas que é celebrado em 09 de agosto de cada ano e nem sequer celebramos esta data nas escolas. Vim a saber da instituição desta data há muito pouco tempo e não me recordo de vê-la sendo celebrada na mídia televisiva.

Algumas escolas desenvolvem projetos para o “agosto indígena”, mas falta uma maior divulgação da data e conscientização sobre o tema.

Temos na Constituição Federal de 1988, um Capítulo para tratar dos direitos dos índios nos artigos 231 e 232. No artigo 231 está determinado que ” São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, língua, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar os seus bens”. No entanto, tantos anos após promulgada essa lei, o povo indígena se vê ainda tão distante de ter seus direitos preservados e respeitados.

A Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, porém não prevê a sua obrigatoriedade nos estabelecimentos de ensino superior para os cursos de formação de professores (licenciaturas). Professores que atuam na formação de crianças e adolescentes, não têm em sua carga horária de formação acadêmica, o estudo da história da origem de seu povo, sua cultura.

É de tal importância debater este tema que no ano anterior foi escolhido para ser o tema da redação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 2022: "Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil".

Este tema é fundamental para colocar em evidencia e levar à reflexão a discussão sobre a importância dos povos originários, que não se limita apenas ao indígena. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) são definidos como: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Entre os PCTs do Brasil, estão os povos indígenas, os quilombolas, as comunidades tradicionais de matriz africana ou de terreiro, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais, os pomeranos, entre outros.

MAS AFINAL, QUEM SÃO OS INDÍGENAS?

A palavra “indígena” tem origem no latim e, em tradução livre, significa “gerado no lugar em que vive”.

A colonização portuguesa exterminou milhões de indígenas. Estima-se que quando Pedro Álvares Cabral atracou as caravelas nas margens brasileiras existiam cerca de dois a cinco milhões de indígenas no Brasil. Após serem dizimados de seu próprio território, atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, há cerca de 800 mil indígenas no Brasil, com 305 etnias e 274 línguas diferentes. Boa parte desses grupos estão isolados na Amazônia, incluindo algumas tribos que vivem totalmente reclusas, sem contato com as demais civilizações.

Ao contrário da concepção de muitos, que reconhecem o indígena como os povos que vivem nas florestas, atualmente, mais de um terço deles, vivem em áreas urbanas, segundo os dados do IBGE do censo de 2010.

" Há muito tempo, a Floresta Amazônica deixou de ser o lar de milhares de indígenas. A escassez de alimentos, o desmatamento e o avanço das cidades sobre as matas são alguns fatores que motivaram povos tradicionais a migrar para áreas urbanas" (PAIVA e HEINEN, 2017). Em algumas grandes cidades como Manaus, Campo Grande, Porto Alegre, entre outras, existem bairros com predominância indígena.

Os mesmos não vivem pelados, não utilizam o arco e flecha, não são guerreiros e não vivem apenas da pesca e da caça. Essa imagem não mais condiz com os indígenas da atualidade. Ao contrário, buscam melhores condições de vida nas cidades, frequentam universidades, são lideranças importantes, ocupam cargos diversos, sendo professores, agrônomos, historiadores, cientistas, entre tantas outras profissões, dirigem veículos, utilizam tecnologias. Infelizmente, um número expressivo destes vive em situação de pobreza, encontram dificuldade de colocação profissional que lhes traga remuneração adequada, tendo como principal geração de renda, o artesanato. Geralmente, as comunidades estão localizadas em áreas de risco, em regiões periféricas das cidades. Convivem com o desemprego e o salário inferior aos demais que ocupam a mesma posição.

Sua origem não deve ser apagada e sim, transmitidas às novas gerações, para que se orgulhem dela e a perpetuem, pois faz parte da sua identidade cultural.

A DISCRIMINAÇÃO AO POVOS INDÍGENAS

Da mesma forma que acontece quando se discrimina a população negra, discriminar um indígena por sua etnia, traços físicos, cor da pele e de seus costumes e crenças também é considerado racismo. Esse tipo de discriminação também é crime previsto em lei e passível de punição com multa e prisão de até cinco anos.

A Lei Federal 7.716/89, prevê que "serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional", o que inclui os indígenas.

O defensor público Roger Moreira, da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, que atua no Núcleo de Direitos Humanos, explica que, apesar de a Constituição Federal e o Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973) estabelecerem a tutela da União para garantia de direitos dos indígenas, como questões de terras, de saúde, educação, etc., o caso de indígena que sofre injúria racial ou racismo deve ser tratado na esfera estadual.

É preciso atuar para garantir à pessoa que se identifica como sendo indígena a sua dignidade, o direito de ser quem é, de professar os seus credos, de manter a sua tradição, a sua cultura, de respeitar as manifestações linguísticas. Então, quando há uma atitude desrespeitosa, ofensiva em relação ao indígena, isso dado o seu caráter de vulnerabilidade, atrai a competência, portanto, da Defensoria Pública. (GUIMARÃES, 2022)

Quando uma ofensa é dirigida a um indivíduo, à dignidade de alguém, com base em elementos referentes à sua raça, cor, etnia, religião, idade ou deficiência, é chamada de injúria racial. Já quando a ofensa é contra uma coletividade, por exemplo, a uma raça, é chamada de racismo. A pena para injúria racial está inserida no Código Penal no capítulo de crimes contra a honra, previsto no parágrafo 3º do artigo 140, podendo ser de 1 a 3 anos de reclusão.

A injúria racial pode estar contida nas palavras que usamos desqualificando uma pessoa, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro. Comumente presenciamos isso ao ouvirmos adjetivos conferidos ao indígena como selvagem, canibal, preguiçoso, bugre, sujo, incapaz, entre outros. Muito se ouve dizer que os índios são pobres porque não gostam de trabalhar. Ainda temos em nossa sociedade um preconceito bastante forte no que tange ao povo indígena.

O especialista em Educação, Antônio Olímpio de Sant'Ana (SANT'ANA, 2005), elucida que "O racismo é a pior forma de discriminação porque o discriminado não pode mudar as características raciais que a natureza lhe deu".

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA PRESERVAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA

É preciso que toda a sociedade se engaje em divulgar a realidade vivida pelos indígenas e povos originários, principalmente através da educação e conscientização. A escola tem um papel fundamental na promoção e no respeito à diversidade, na valorização da história, do conhecimento

e da cultura, como agente no combate aos preconceitos e estereótipos da população indígena. Precisamos aproximar os estudantes das comunidades indígenas, levandoos a conhecer esta população e reconhecê-los como povos originários.

No Currículo da Cidade de São Paulo (2022), material utilizado nas escolas da Prefeitura Municipal de Ensino da cidade de São Paulo, esclarece que, atualmente, "parte do movimento indígena reivindica que a categoria "pardo" contemple também os indígenas que não estão aldeados e que sofreram um processo de apagamento de suas identidades".

Precisamos garantir uma educação escolar indígena de qualidade, com a produção de materiais didáticos que contemplem uma visão real e não romantizada ou depreciativa dos povos indígenas brasileiros, que tragam informações atuais, relevantes, sobre a sua cultura e seu pensar sobre a vida e a natureza.

Não podemos nos esquecer da enorme influência indígena em nossa vida. Herdamos uma herança peculiar do comportamento social do povo indígena, como festejar cantando, brincadeiras de roda, dançar, andar descalço, utilizar-se da rede para descansar e/ou dormir, a pesca, entre outros. O que dizer, então, sobre a herança na nossa alimentação, como a mandioca, batata-doce, o milho, a banana, o caju, entre muitos. Grande também é a influência no uso e manipulação de ervas medicinais, para a manutenção da saúde. Até hoje, utilizamos muitos itens artesanais que já eram confeccionados pelos indígenas, como cestas de palha e folhas de plantas, cerâmicas, bijuterias feitas a partir de caroços de frutas e grãos, canoas, etc.

Nosso vocabulário utiliza palavras de diversas etnias indígenas, como toró, pipoca, aipim, mingau, paçoca, moqueca, arapuca, capim e muitas outras que utilizamos sem saber qual a verdadeira origem. Os nomes próprios que se referem a lugares estão espalhados por todo Brasil: Goiás, Paraná, Pará, Ibirapuera, Morumbi, Tatuapé, Jaçanã, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Amapá, Paraíba. Muitos rios recebem o nome original, dado pelos indígenas, como é o caso do Rio Tietê, Rio Paranapanema, Rio Araguaia. Grande também é a herança indígena nos nomes de pessoas: Tainá, Iracema, Yara, Kauê, Janaina, Kaíque, Moacir, Maiara e muitos mais.

Devemos também a esse povo que contribuiu muitíssimo com a defesa do território nacional e ainda contribuem, nos ensinando a necessidade de preservar a natureza, a fauna e a flora.

Com tanto que devemos a esse povo originário de contribuição ímpar à nossa cultura, é urgente que efetuemos debates, estudos, reflexões acerca da população indígena, para combater e desmistificar o preconceito enfrentado diariamente por eles.

A historiadora Ana Paula da Silva, doutora em memória social e pesquisadora do Programa de Estudos dos Povos Indígenas (Pro Índio) da UERJ, destaca a importância de um movimento revisionista da história indígena:

Eles são parte da nossa história, da nossa cultura e foram fundamentais no processo de colonização e isso é algo que deve ser ensinado nas escolas, divulgado na mídia e, com certeza, a partir do momento que a sociedade brasileira entender que os indígenas são parte do Brasil, da nossa história, com certeza muitos preconceitos, muita discriminação com relação a essa população, será desconstruída. (SILVA, 2021)

O antropólogo João Pacheco de Oliveira, professor titular e curador das coleções etnográficas do Museu Nacional, destaca o enorme potencial dos povos indígenas nas universidades:

Desse grupo é que vão sair os cérebros do movimento: os advogados, os antropólogos, os médicos, e também os professores. O projeto dos índios em relação a ser cidadão brasileiro não é um projeto de se tornar simplesmente um repositório do passado. É de ter e conquistar cidadania, de serem pessoas proeminentes, de exercerem a ciência, de exercerem cargos públicos. (OLIVEIRA, 2021)

Oliveira relembra que "Os indígenas que vão para a cidade não viram brancos". Eles não perdem sua essência e "continuam a ser indígenas e vão ser importantíssimos para aqueles que estão dentro das aldeias e essa junção entre uma coisa e outra é essencial para o projeto indígena".

O professor, sociólogo, cientista político, escritor e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, prefacia na segunda impressão do livro Superando o Racismo na Escola que " temos em nosso passado, episódios graves de violação dos direitos das comunidades indígenas", e afirma:

É indispensável que os currículos e livros escolares estejam isentos de qualquer conteúdo racista ou de intolerância. É indispensável que reflitam, em sua plenitude, as contribuições dos diversos grupos étnicos para a formação da nação e da cultura brasileiras. Ignorar essas contribuições – ou não lhes dar o devido reconhecimento – é também uma forma de discriminação racial. (MUNANGA, 2005)

Kabengele Munanga, Professor do Departamento de Antropologia da USP ressalta que:

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário pre-

paro para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. (MUNANGA, 2005)

Segundo o autor, essa falta de preparo dos profissionais da educação, deve ser considerada como reflexo do nosso mito de democracia racial e ela compromete o objetivo fundamental no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã.

Sabemos que não existem leis que possam extinguir as atitudes preconceituosas, mas temos a educação como ferramenta transformadora de opiniões, formadora de conceitos.

Kabengele Munanga (2005), completa que "A educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados".

Os livros didáticos são o principal instrumento de trabalho dos professores em sala de aula, mas observamos que eles carregam conteúdos depreciativos e preconceituosos em relação aos povos indígenas. Ana Célia da Silva, Professora Assistente do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia – UNEB e Doutoranda em Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA, ressalta que, por vezes "esse livro constitui-se na única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares". Reafirma que " para as crianças empobrecidas, esse livro ainda é, talvez, o único recurso de leitura na sua casa, onde não se compram jornais e revistas". (SILVA, 2005)

A autora acrescenta que "Os indígenas são representados, em grande parte, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, sob forma estereotipada e caricatural, despossuídos de humanidade e cidadania".

Como professores e participantes da formação das ideologias é importante ensinar que não há um único padrão de beleza. Ana Célia reforça que precisamos

[...] ensinar que a diferença pode ser bela, que a diversidade é enriquecedora e não é sinônimo de desigualdade, é um dos passos para a reconstrução da autoestima, do autoconceito, da cidadania e da abertura para o acolhimento dos valores das diversas culturas presentes na sociedade. (SILVA, 2005)

As escolas devem propiciar mais momentos de reflexões e de debates sobre a grande contribuição dos povos originários, para a construção do Brasil de hoje. Precisamos promover reflexão e propiciar diálogo sobre os direitos territoriais desse povo originário e preservação dessa cultura, que igualmente, como cidadãos, tem direito à saúde, respeito, dignidade e demais benefícios.

INDÍGENAS NAS PRODUÇÕES ÁUDIO-VISUAIS

Muitos indígenas estão conquistando autonomia produzindo filmes, documentários e áudios visuais que retratam sua vida, da forma como desejam ser vistos, com a finalidade de preservação da memória e da cultura. Participam de festivais onde suas produções são transmitidas a outros povos indígenas, além do público em geral. Estas produções nas aldeias costumam ser tão concorridas e assistidas quanto na exibição de muitos dos filmes das salas de cinema.

O professor Alberto Álvares, indígena da etnia Guarani no Mato Grosso, comenta sobre o quanto é negativo retratarem seu povo como se pertencessem ao passado, como se não conseguissem acompanhar o mundo moderno. (PIMENTEL, 2020)

O autor acrescenta ainda que estas produções criadas pelos próprios indígenas, têm fortalecido o movimento indígena, sendo difundindo através da internet e das diversas redes sociais, trazendo os desafios e dificuldades enfrentadas por eles na atualidade, assunto que tem despertado o interesse e atenção de muitas pessoas. "Quando invertemos o ponto de vista da câmera e produzimos nosso próprio registro, transmitimos ao mundo nosso olhar", deixamos de ser caça, e nos tornamos caçadores". (PIMENTEL, 2020)

Alberto Álvares é contra filmar os guaranis de cocar, tanga e corpo pintado, porque, desterritorializados, já não andam mais desse jeito, a não ser em ocasiões específicas, na casa de reza das aldeias. Gravá-los paramentados – e não com as roupas que usam no dia a dia – seria reforçar a imagem de que os indígenas pertencem ao passado histórico e, por consequência, por não se vestirem com a indumentária típica (aquela presente no imaginário dos brasileiros), não seriam mais indígenas, nem fariam jus aos direitos dos indígenas.

Acredito que esta visibilidade e conhecimento difundidos pelas produções visuais indígenas, sejam um grande avanço para trazer à população brasileira o conhecimento da realidade vivida por estes povos originários, que merecem o respeito e a dignidade.

Podemos ver o resultado destas produções em muitos veículos de divulgação, principalmente pela Internet, que tem sido fundamental para a divulgação destes trabalhos e excelente parceiro.

Os uru-eu-wau-wau, tribo indígena da Amazônia, foi a responsável pelas filmagens

e produção do documentário “The Territory”, que estreou em agosto de 2022 na National Geographic, com a assessoria do diretor Alex Pritz. Esta tribo conta com menos de 200 membros atualmente e antes mesmo da chegada da equipe de produção, já eram adeptos da tecnologia, sendo usuários do Instagram. Utilizaram-se de drones nas gravações para denunciar o desmatamento da região e estes drones são dos próprios uru-eu-wau-wau.

O documentário foi fruto de um "modelo de coprodução", no qual um da tribo “ficou responsável pela direção do filme e a comunidade em geral assumiu a produção, com uma participação nos lucros e voz nas decisões comerciais sobre a distribuição do filme”.(PRITZ, 2022)

Temos a Rádio Yandê, primeira rádio indígena on-line do Brasil, idealizada e conceituada por Anápuàka Muniz Tupinambá Hãhãhãe, que é o criador e gerador da aplicabilidade da linguagem comunicacional da etnomídia indígena nas bases territoriais dos povos originários. A rádio mantém programas informativos e educativos que trazem para o público um pouco da realidade indígena do Brasil. Busca desfazer antigos estereótipos e preconceitos ocasionados pela falta de informação.

O antropólogo, fotógrafo e cineasta franco-brasileiro Vincent Carelli deu início ao projeto Vídeo nas Aldeias (VNA), tendo como objetivo constituir um banco de informações sobre os indígenas do país. Iniciou a formação de cineastas indígenas, desenvolvendo cursos feitos na própria aldeia, que contavam com a elaboração de roteiro, captação de imagens e edição dos filmes. Com essa ação, os indígenas foram conquistando autonomia para produzir seus próprios filmes, passando sua mensagem da maneira como preferem ser vistos.

Numa destas oficinas realizadas na aldeia Kuikuro, em 2004, foi gravado um dos mais aclamados filmes indígenas. Ganhou, entre outros prêmios o de Melhor Vídeo (II Festival de Jovens Realizadores de Audiovisual do Mercosul) e de Melhor Documentário (Associação

Brasileira de Documentaristas), com o filme “O dia em que a lua menstruou”, que foi dirigido por TaKumã e Mariká Kuikuro.

Além desta, outras iniciativas de capacitação dos indígenas na área de produção audiovisual começaram a surgir em pontos diferentes do país, principalmente nas universidades, dando maior abrangência a esta população.

No Museu da Língua Portuguesa em São Paulo/SP, aconteceu de 12/10/2022 a 23/04/2023, a exposição Nhe’ẽ Porã: Memória e Transformação, que contou com a participação de cerca de 50 profissionais indígenas – entre cineastas, pesquisadores, influenciadores digitais e artistas visuais.e teve curadoria de uma artista, ativista, educadora e comunicadora indígena. Foi mais uma grande oportunidade de vermos indígenas atuando na divulgação de sua cultura.

O nome da exposição veio da língua Guarani Mbya, e foi composto a partir de duas palavras: Nhe’ẽ que significa espírito, sopro, vida, palavra, fala; e porã quer dizer belo, bom.

Juntos, os dois vocábulos significam “belas palavras”, “boas palavras”. Uma exposição necessária na função de nos lembrar que falar de povos indígenas é falar de diversidade.

Nosso país é composto por mais de 150 idiomas falados no Brasil por tribos indígenas e estas línguas fazem parte de nossa cultura. Se não for cultuada esta diversidade linguística, teremos apagado toda tradição histórica que foi passada de geração a geração.

A exposição trouxe também à tona históricos de contato, violência e conflito decorrentes da invasão dos territórios indígenas desde o século 16 até os dias de hoje, problematizando o processo colonial que é chamado de “civilizatório”.

Nesta exposição pode-se apreciar e conhecer outras formas de comunicação entre os povos indígenas, como o monumental “trocano” que é um tambor feito a partir de uma tora única e que foi comparada pela curadora da exposição como “o WhatsApp de antigamente”. Este instrumento pertence aos povos do Alto Rio Negro. A exposição trouxe também outros objetos cerimoniais originários da mesma região, que teve sua língua e cultura afetada seriamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preservar as línguas indígenas é preservar a nossa cultura enquanto brasileiros.

A educação é a base de uma sociedade. Não temos como apagar os erros cometidos no passado com a invasão e destituição de um povo, mas somos responsáveis por não deixar que esta cultura originária de nosso país, seja apagada, esquecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALENCAR, Irmã Veneranda. O Preconceito contra os povos indígenas é um dos grandes males. Pastoral da Criança. 03 mar. 2022. Disponível em:

<https://www.pastoraldacrianca.org.br/noticias2/5495-o-preconceito-contra-os-povosindigenas-e-um-dos-grandes-males>. Acesso em 18 nov. 2022

BRITTO, Débora Souza de. Dia dos Povos Indígenas: Educação contra preconceitos. CENPEC. 19 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/dia-dos-povosindigenas-combater-retrocessos-preconceitos>. Acesso em 18 nov. 2022

CARVALHO, Leandro. Portugueses e indígenas: encontro ou desencontro de culturas?

Mundo Educação. Disponível em:

<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/portugueses-indigenas-encontro-oudesencontro-culturas.htm>. Acesso em 15 nov. 2022

ENCONTRO CIEE DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO. O racismo conta os povos indígenas. CIEE Institucional. 27 jul. 2022. Disponível em:

<https://portal.ciee.org.br/institucional/o-racismo-contra-os-povos-indigenas/>. Acesso em 18 nov. 2022

GUIMARÃES, Márcia. Discriminação contra indígena por sua etnia ou cor também é racismo. Defensoria Pública do Estado do Amazonas. 31 jan. 2022. Disponível em: <https://www.defensoria.am.def.br/post/discrimina%C3%A7%C3%A3o-contraind%C3%ADgena-por-sua-etnia-ou-cor-tamb%C3%A9m-%C3%A9-racismo>. Acesso em 15 nov. 2022

LIMA, Arthur Candido. Disparidade racial e preconceito: População indígena, dados e análises. Brasil Escola. Disponível em:

<https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/atualidades/disparidade-racial-preconceitopopulacao-indigena-dados-analises.htm>. Acesso em 17 nov. 2022

MENDES, Karla. Indígenas denunciam preconceito nas cidades brasileiras. Mongabay Series:

Conservação na Amazônia, Desmatamento ilegal na Amazônia, Indígenas nas cidades. 12 abr. 2021. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2021/04/somos-invisibilizadosindigenas-denunciam-preconceito-nas-cidades-brasileiras/>. Acesso em 14 nov. 2022

MUNANGA, Kabengele. Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PAIVA, Bianca e HEINEN, Maíra. Indígenas na cidade: Pobreza e Preconceito marcam condição de vida. Agência Brasil, 19 abr. 2017. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/indigenas-na-cidadepobreza-e-preconceito-marcam-condicao-de-vida>. Acesso em 16 nov. 2022

PIMENTEL, Márcia. O cinema indígena no Brasil e as tensões entre passado e presente.

MultiRio, 27 fev 2020. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/15557-cinemaind%C3%ADgena-no-brasil-e-as-tens%C3%B5es-entre-o-passado-e-o-presente> . Acesso em 01 dez. 2022

PRITZ, Alex. Conheça o documentário produzido por tribo indígena da Amazônia. Revista Exame. 17 ago 2022. Disponível em https://exame.com/casual/conheca-o-documentarioproduzido-por-tribo-indigena-da-amazonia/ Acesso em 04 dez 2022

SANT'ANA, Antonio Olímpio de. Superando o Racismo na escola. História e Conceitos básicos sobre o Racismo e seus Derivados. 2ª edição revisada. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da Cidade: Orientações Pedagógicas: Povos afro-brasileiros. São Paulo: SME/COPED, 2022

SILVA, Ana Célia. Superando o Racismo na escola. A Desconstrução da Discriminação no livro didático. 2ª edição revisada. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.